

Remédios Inúteis

A inflação brasileira chegou ao ponto em que a teoria econômica esgotou seus remédios e receitas, sejam eles ortodoxos ou heterodoxos. É possível concordar sobre algumas das causas mais visíveis da contínua escalada dos preços, mas é impossível ignorar que ela não terá remédio, nem fim, nem solução que não passe fundamentalmente pela vontade, pela coesão e pela credibilidade de uma proposta política.

Assim como é óbvio que um déficit público descontrolado inviabilizaria a desindexação da economia, é mais do que claro, a esta altura, que a indexação passou a realimentar exageradamente as expectativas inflacionárias, frustrando os efeitos dos instrumentos monetários clássicos. Pode-se questionar por quanto tempo mais teremos que conviver com a indexação, mas não resta dúvida que seu papel se esgotou, exigindo uma nova ação política para dar sentido e rumo a qualquer planejamento econômico, público ou privado, a prazos mais longos.

Os agentes econômicos, apenas a título de exemplo, já não sabem separar o que seja o uso das taxas de juros para enxugar excessos transitórios de liquidez, ou para tomar dinheiro a longo prazo com o objetivo de cobrir déficit público. A administração de uma política de taxas de juros elevadas tropeça, assim, nos obstáculos da especulação e realimenta expectativas inflacionárias ainda mais altas. Não é o manejo das taxas de juros que está errado, mas o efeito efervescente que isso provoca e o desajuste nos custos de oportunidades para investimento. Em um ambiente instável, o *overnight* pode ser melhor que o investimento produtivo a prazos longos.

O desajuste entre o país real e o país inflacionário é hoje evidente em vários níveis. O país real avança no comércio exterior, produzindo megasuperávits, as vendas nas regiões mais ricas estão crescendo, a agricultura produz safras que batem recordes, o comércio reativa-se para as festas de fim de ano, e há menos pessimismo, uma vez que o país agora desfruta de uma nova moldura constitucional.

De outro lado, porém, acumulam-se os problemas das empresas provocados pela indexação generalizada, pela concentração pessoal e inter-regional da renda, pelas flutuações bruscas nas taxas de juros e pela própria realimentação da inflação com raízes na indexação. Alguns economistas que participaram do debate mensal promovido pelo JORNAL DO BRASIL tocaram o dedo nessa ferida, ao observarem, como o professor Mário Henrique Simonsen, que entramos em um sistema onde não existem mais tetos para a inflação, apenas pisos determinados pela indexação. Em termos simples, a sociedade desaprendeu a olhar para baixo, para a possibilidade de queda de preços e custos, passando a olhar somente para cima, para a próxima remarcação. Mudamos do reajuste semestral em contratos para o reajuste trimestral, deste para o mensal, e, com a OTN fiscal, para a reivindicação do reajuste diário. A URP contaminou os salários sem beneficiar a todos os trabalhadores, transformando a questão salarial em uma questão elitista, e barrando ou dificultando a criação de novos empregos na economia formal.

Não estamos, felizmente, à beira de nenhum

abismo, porque a indexação ao menos preserva a poupança em um ambiente teoricamente caótico. Mas não podemos transformar essa fórmula de convivência, ou esse passaporte provisório para a coexistência com a inflação, em remédio que perpetue uma doença crônica. Um país que encontrou o caminho da reinstitucionalização via Congresso está na obrigação de mobilizar sua máquina política para encontrar freios adequados para a inflação.

A saída tampouco se encontra na falta de compromisso com a contenção dos gastos públicos, e isso por um motivo muito simples: o setor privado vem se ajustando, apertando o cinto, há muito tempo, para conviver com o quadro atual. As empresas privadas, ao enfrentarem folhas de salários crescentes, não têm outra alternativa a não ser enxugar o pessoal e aumentar a produtividade. Qualquer comparação de aumento de produtividade entre o setor público e o privado na economia brasileira vai mostrar que a relação é absolutamente desproporcional, variando de 2 para 1 a 10 para 1.

O Orçamento que está no Congresso é o mais duro dos testes do compromisso com a austeridade. Os estados, ademais, não podem insistir em cobrir suas folhas de salários emitindo Obrigações Reajustáveis (OTEs), como ameaçam alguns governadores, que querem até recorrer ao Supremo Tribunal Federal para garantir seu direito de inflar as taxas de juros. Vivemos um clima de tais disparidades que os empréstimos internos para pagamentos do 13º salário de um estado rico do sul podem representar um volume de dinheiro maior que o orçamento anual global das prefeituras de algumas das maiores cidades do norte do Brasil. Esconder ou minimizar a questão do déficit público, neste momento, é um desserviço para a reconstrução de um Estado pesado, deficiente e descomprometido com a privatização e democratização das empresas públicas. Não há como desindexar sem conter gastos. É fundamental que o governo faça a sua parte no orçamento, amadurecendo as possibilidades para a desindexação da economia, com o respeito às leis que impedem o uso de decretos e pressupõem o funcionamento responsável do Congresso.

A sociedade brasileira não pode se esquecer que entrou em um novo sistema legislativo, onde a omissão partidária a todos empurrará para o retrocesso institucional do tempo dos decretos-leis e a condução da política econômica pela batuta dos tecnocratas. O Brasil e as empresas brasileiras precisam de dois dias iguais um ao outro, e o respeito às leis com a responsabilidade partidária é o melhor caminho para barrar o retorno à incerteza institucional.

A política do feijão-com-arroz do ministério da Fazenda deve entrar em uma nova etapa, que depende essencialmente do ambiente político onde se desdobrará e de onde irá retirar o apoio e o suporte necessários para a desindexação da economia. É preciso que a nação caminhe para articular um acordo social que tenha sustentação parlamentar e que permita ao governo tomar medidas dolorosas para conter a inflação em perfeito respeito ao equilíbrio dos poderes previstos na nova Constituição.